

Obras de escolas da rede estadual

DIAGNÓSTICO

O atual governo, ao assumir em 2011, deparou-se com um realidade preocupante na estrutura física das 2.554 escolas da rede pública estadual. Constatou-se um avançado abandono, depreciação e sucateamento dos espaços escolares. Prédios cinquentenários, tipo “brizoletas”, com validade vencida, galpões e salas de aula precárias construídas de forma emergencial que deveriam ser temporárias sendo usadas como espaços definitivos, alunos estudado em contêineres – escolas de lata -, poucas cozinhas e refeitórios, muitos improvisados em corredores e espaços diminutos, especialmente nas escolas de Ensino Médio, precariedade de bibliotecas, laboratórios e quadras.

Um levantamento das precariedades da rede, feito pela atual gestão em fevereiro de 2011, apontou a existência imediata de 1.450 demandas represadas por obras, muitas apontadas como urgentes. Boa parte era de processos hibernando ou tramitando dispersamente em vários órgãos do Estado. Encontramos diretores desanimados e descrentes vendo que as obras demandadas não eram atendidas. Inúmeras demandas apontadas pela participação popular, via OP, não tinham recursos garantidos e, portanto, só estavam apontadas no papel.

Herdamos uma má distribuição do espaço físico escolar, com a construção de prédios desnecessários em cidades que perderam população como é o caso de escola em Esmeralda, onde, em 1997, foi ampliada em vários prédios para abrigar 1.200 alunos e hoje, dose anos após, possui apenas 296 alunos. De outra parte, cerca de 89 contratos de locações de espaços físicos privados para abrigar alunos.

No município de Fazenda Vila Nova houve a criação de uma escola de Ensino Médio dotada apenas de duas salas de aula e banheiros e

obrigando os professores e os 146 alunos a partilhar os demais espaços com dependências de uma escola municipal.

A gestão desarticulada com os municípios não previu a organização e planejamento dos espaços da escola pública. Há demanda por mais espaço escolar onde houve o crescimento populacional e a instalação de loteamentos habitacionais ou onde houve a implantação de áreas industriais como o Pólo naval de Rio Grande que trouxe ao local inúmeras famílias com filhos em idade escolar.

Paradoxalmente, observe-se que nos últimos seis anos, fatores como à pauperização das escolas públicas, o acentuado processo de municipalização gerou a perda de mais de 114 mil matrículas na rede pública (Anexo II), a maioria do Ensino Fundamental, tem teso, deixando de ocupar salas de aula e deixando espaços ociosos na rede.

Encontramos, igualmente, grande parte das escolas sem o registro de dominialidade. Terrenos doados por particulares ou por prefeituras que não foram providos dos respectivos atos legais.

INVESTIMENTOS GOVERNOS

Um olhar detalhado nos investimentos feitos pelos dois últimos governos nas escolas apontam distorções entre os valores efetivamente aplicados na melhoria das escolas. Os dados abaixo demonstram que os recursos investidos em obras escolares não foram suficientes para sanar os problemas. Em que pese o empenho em valor elevado, houve estornos que deixaram o valor final, liquidado, aquém da necessidade de atendimentos da demanda.

Gastos¹ em Obras por governos 2003 a 2011 (Em milhões de R\$)

<i>Governo</i>	Empenhado	Estornado	Total
Rigotto (2003/2006)	319 mi	182 mi	121 mi
Yeda (2007/20010)	245 mi	35 mi	186 mi
Tarso (2011/...)	71 mi	31 mi	57 mi

1 Dados completos e detalhados, ano a ano, nos Anexos I-A e I B. Fonte: Sistema FPE.

O valor **total** é o liquidado no ano, incluindo liquidações de empenhos de exercícios anteriores.

Ao analisar o ano de 2003, primeiro ano do governo Rigotto 2003/2006, a totalidade de recursos empenhados em obras escolares foi de R\$ 8.097.618,15, já em 2007, primeiro ano do governo Yeda 2007/2010, a totalidade de recursos empenhados foi de R\$ 47.565.455,39, e em 2011, primeiro ano do governo Tarso, a totalidade de recursos empenhados foi de R\$ 68.528.918,55, representando um acréscimo total cerca de 44% se comparado ao primeiro ano do governo que nos antecedeu, ano de 2007.

AÇÕES GOVERNO TARSO

O primeiro passo da atual gestão foi mapear as demandas e identificar a real necessidade de melhorias na rede. Acionamos as 30 Coordenadorias Regionais de Educação para mapear as demandas oriundas das direções de escola. Paralelamente juntamos todos os processos dispersos em vários órgãos, centralizando na Divisão de Obras da Seduc os dados.

Na transversalidade de governo, realizamos encontros com a Secretaria de Obras Públicas, visualizando o problema. Em agosto de 2011, acionamos os diretores de escola, coordenadores regionais de educação e engenheiros das CROPs, que foram desafiados a produzir um levantamento detalhado das demandas das escolas. Pela primeira vez na história, o diretor foi convidado a olhar e relatar o que sua escola precisa para ser uma boa escola, uma escola completa. Deste esforço coletivo, surgiu o **PNO (Plano de Necessidades de Obras)**.

O PNO como resultado de um olhar democratizado das intervenções físicas, possibilitará que não mais de faça obras em pedaços nas escolas, mas todas as obras que a escola necessita passam a ser completas. Neste esforço de governo, o PNO de 2012 selecionou 428 escolas, cuja precariedade se manifestava no todo da escola, nas partes e especialmente nos locais que demandam mais espaço para acolher alunos. Entre as escolas selecionadas estão 12 referenciais, 3 que continham “contêineres” e 28 que possuem turno integral no Mais Educação.

Um protocolo com 17 itens de melhorias foi acordado com os técnicos da SOP para redesenhar as obras das escolas e inclui benfeitorias como ar climatizado em todas as salas de aula e dependências administrativas, água quente na cozinha, acessibilidade, PPCIs, sistemas monitorados de segurança, muro e cerca, paisagismo, calçadas, quadras poliesportivas cobertas e fechadas, sala dos professores, rede e ambiente *wire less*, sala de estudos para professores, identidade visual, calçadas e pátios, entre outros. Esta nova dinâmica irá possibilitar que se tenha escolas acabadas e adequadas ao ambiente educativo.

Cultivando uma relação dialógica com os entes federados, participamos da articulação com o Governo Federal, via MEC/PAR, e junto ao Banco Mundial buscando as garantias de recursos que nos permitem avançar nas melhorias desejadas pelas escolas.

É necessário considerar que, mesmo com a execução do PNO, continuamos a efetuar a qualquer tempo em todas as escolas, as demandas emergenciais apontadas após vistoria e elaboração de laudos técnicos das CROPs.

BUROCRACIA E MOBILIZAÇÃO

O Estado que encontramos não se apresenta ideal para responder com celeridade às demandas da sociedade. Entendemos que a tramitação dos processos ainda é demasiado lenta, desafiando permanente os atuais gestores públicos.

Ressalta-se a contribuição dada pelo atual governo ao editar o **Decreto 48.620/2011** que garante às escolas, via Autonomia Financeira, realizar a contratação de serviços equipamentos e obras até o limite do Convite. Esta medida, que beneficiou inicialmente 230 escolas, contribui para dar mais celeridade e controle das ações do Estado nas comunidades.

A execução do PNO exige determinação e sintonia dos órgãos que possuem atribuição delegada para fazer andar os processos. Atribuições como a execução ou contratação dos projetos, elaboração de orçamentos, licitação, garantia de liberação de recursos, elaboração e avaliação de

contratos, fiscalização das obras são tarefas basilares para avançar na meta.

O monitoramento estratégico cobrando dos agentes públicos agilidade nas tarefas de sua competência é fundamental para produzir os resultados esperados.

Sabemos quais são os obstáculos da travessia, estamos convictos de que vamos superá-los e temos a lucidez sobre onde queremos chegar. Mãos à obra.

Porto Alegre, 27 de março de 2012

Anexo I - A

RESUMO GASTOS OBRAS E REFORMAS 2003 A 2011						
Ano	Empenhado	Estornado	Saldo Empenhado	Liquidado Empenhos do Exercício	Liquidado Empenhos Exercícios Anteriores	Total Liquidado
2003/2006	319.665.753,09	182.900.740,61	136.765.012,48	81.755.995,77	40.924.224,05	121.668.536,44
2007/2010	245.463.361,66	35.865.285,20	212.832.456,12	99.420.925,72	87.004.709,50	186.425.635,22
2011	71.829.324,43	31.798.164,86	40.031.159,57	38.298.630,92	19.550.304,44	57.848.935,36

Investimentos em Reformas, Construções e Ampliações nos últimos 9 anos

Ano Lançto.	Elemento Despesa	Nome Elemento Despesa	Empenhado	Estornado	Total (Liquidado)	Nº de empenhos
2003	51	OBRAS E INSTALACOES	3.801.020,33	1.288.776,68	2.512.243,65	
2004	51	OBRAS E INSTALACOES	36.323.653,86	23.432.844,91	12.890.808,95	1008
2005	51	OBRAS E INSTALACOES	35.012.714,50	18.190.991,41	16.821.723,09	644
2006	51	OBRAS E INSTALACOES	36.812.599,79	19.580.871,23	17.231.728,56	843
		Total	108.150.979,15	61.333.585,23		
2007	51	OBRAS E INSTALACOES	19.617.974,19	1.042.748,76	18.575.225,43	367
2008	51	OBRAS E INSTALACOES	18.184.122,28	760.408,28	17.423.714,00	436
2009	51	OBRAS E INSTALACOES	21.910.485,12	9.333.254,89	12.577.230,23	240
2010	51	OBRAS E INSTALACOES	41.195.435,17	9.279.118,38	31.916.316,79	323
		Total	100.908.016,76	20.415.530,31		
2011	51	OBRAS E INSTALACOES	35.707.233,99	18.267.675,55	17.439.558,44	496
TOTAL Construções e Ampliações			457.624.235,14	182.925.805,63	147.388.549,14	
Ano Lançto.	Natureza Despesa	Nome Natureza Despesa	Empenhado	Estornado	Total	Nº de empenhos
2003	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	4.296.597,82	2.142.200,63	2.154.397,19	466
2004	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	30.725.340,07	9.328.715,59	21.396.624,48	980
2005	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	56.142.837,78	44.685.460,92	11.457.376,86	1947
2006	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	103.405.461,37	59.050.950,74	44.354.510,63	3126
		Total	194.570.237,04	115.207.328,88		
2007	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	27.947.481,20	1.276.346,46	26.671.134,74	1537
2008	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	34.300.288,23	1.717.143,16	32.583.145,07	1398
2009	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	37.566.061,12	911.337,59	36.654.723,53	873
2010	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	36.538.244,72	5.476.034,25	31.062.210,47	1066
		Total	136.452.075,27	9.380.861,46		
2011	3.3.90.39.3930	CONS. DE BENS IMOVEIS	32.821.684,56	13.233.061,72	19.588.622,84	932
TOTAL Reformas			694.766.309,18	262.409.441,40	225.922.745,81	
Ano Lançto.	Natureza Despesa	Nome Natureza Despesa	Empenhado	Estornado	Total	Nº de empenhos
2003			8.097.618,15	3.430.977,31	4.666.640,84	1229
2004			67.048.993,93	32.761.560,50	34.287.433,43	1988
2005			91.155.552,28	62.876.452,33	28.279.099,86	2591
2006			140.218.061,16	78.631.821,97	61.586.239,19	3969
			306.520.225,52	177.700.812,11	128.819.413,32	9777
2007			47.565.455,39	2.319.095,22	45.246.360,17	1904
2008			52.484.410,51	2.477.551,44	50.006.859,07	1834
2009			59.476.546,24	10.244.592,48	49.231.953,76	1113
2010			77.733.679,89	14.755.152,63	62.978.527,26	1389
			237.260.092,03	29.796.391,77	207.463.700,26	6240
2011			68.528.918,55	31.500.737,27	37.028.181,28	1428
TOTAL Reformas, Construções e Ampliações			612.309.236,10	238.997.950,15	373.311.294,86	17445
Fonte: FPE/Sefaz.						

Anexo I – B

Empenhos, Estornos e Liquidações nos últimos e Governos